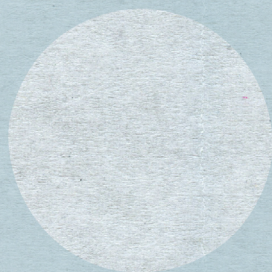
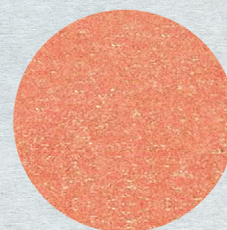
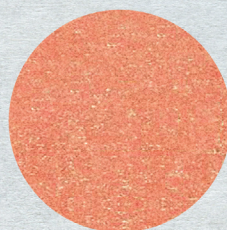
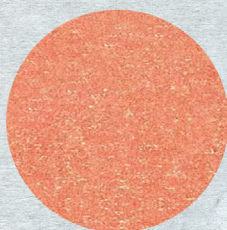
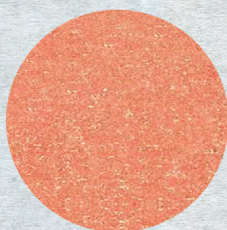

REVISTA DA PLATAFORMA
PORTUGUESA DAS ONGD

Edição nº 27 . novembro 2024

UM MUNDO EM MUDANÇA: QUE ESPAÇO PARA A COOPERAÇÃO?



ONGD
PLATAFORMA . PORTUGUESA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Um Mundo em Mudança: que Espaço para a Cooperação?"

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Plataforma Portuguesa das ONGD

CONSELHO EDITORIAL

Carla Paiva, Firmino Cordeiro, Carlos Rosado, Olga Sousa, António Campos, Jorge Rodrigues, Jorge Revez, Mariana Esteves, Paula Aço, Rita Leote, Teresa Silva, Tomás Nogueira

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Victor Ângelo, João Paulo Avelãs Nunes, Carlos Zorrinho, Maite Serrano, Marta Sousa Coutinho, Ana Luísa Silva, Carla Paiva, Ines Pousadela, Equipa do Projeto Coerência (FEC/IMVF), Nuno Sampaio

DESIGN GRÁFICO

Ana Grave

CAPA E PAGINAÇÃO

Inês Lourinho Silva

FOTOGRAFIAS

Unsplash, exceto indicação

ISSN

2182-8199

DATA

novembro de 2024

CONTACTOS

Plataforma Portuguesa das ONGD
Rua Aprígio Mafra, n.º17, 3.º Dto
1700-051 Lisboa, Portugal
Tlf +351 218872239
info@plataformaongd.pt
www.plataformaongd.pt
www.facebook.com/PlataformaONGD
www.instagram.com/plataformaongd

A Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento é uma associação privada sem fins lucrativos que representa um grupo de ONGD registadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros. A Plataforma das ONGD tem por missão contribuir para melhorar e potenciar o trabalho das suas Associadas, a nível institucional, político, legislativo, financeiro e social, promovendo uma cultura de partilha, de parceria, de responsabilidade e de excelência na organização e nas práticas das ONGD Portuguesas que trabalham para um mundo mais justo e equitativo nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento, da Ação Humanitária e de Emergência e da Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global.

ÍNDICE

04

EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

06

O RENASCIMENTO
DA COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL É UMA
PRIORIDADE ABSOLUTA

VICTOR ÂNGELO

10

COOPERAÇÃO NUMA
ÉPOCA DE CRISE

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES

14

ACERTAR O
PASSO PELA PAZ

MARTA SOUSA COUTINHO

18

PARCERIAS PARA A
PAZ, A COOPERAÇÃO E O
DESENVOLVIMENTO; UM
CAMINHO COM FUTURO

CARLOS ZORRINHO

22

POLÍTICA EXTERNA E DE
COOPERAÇÃO FEMINISTA:
UMA OPORTUNIDADE PARA
A JUSTIÇA GLOBAL

MAITE SERRANO

26

A SOCIEDADE CIVIL
NUM MUNDO EM MUDANÇA

ANA LUÍSA SILVA
CARLA PAIVA
INES POUSADELA

32

(IN)COERÊNCIAS DO
DESENVOLVIMENTO:
AMEAÇAS E OPORTUNIDADES
DA TRANSIÇÃO CLIMÁTICA

EQUIPA DO PROJETO
COERÊNCIA (FEC E IMVF)

36

À CONVERSA COM
NUNO SAMPAIO

ENTREVISTA REALIZADA
POR TOMÁS NOGUEIRA E RITA LEOTE

45

RECURSOS

EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

Os últimos anos produziram alterações significativas nas dinâmicas globais. O agravamento de focos de conflito e a emergência de novas guerras são resultado de um clima internacional que é hoje mais instável, com tensões geopolíticas cada vez mais agudas. As implicações do contexto que vivemos para o bem-estar global são evidentes, com indicadores como o agravamento das desigualdades entre países ricos e pobres, o aumento de pobreza extrema e a maior frequência de fenómenos climáticos extremos a indiciarem uma incapacidade de responder às causas profundas dos desafios com que nos confrontamos.

O nº 27 da Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD procura contribuir para o debate sobre a importância das políticas de cooperação para fazer face aos desafios globais. **“Um mundo em mudança: que espaço para a Cooperação?”** é o mote para uma edição que tem como objetivo apontar caminhos para a discussão sobre a importância de dar um novo impulso a instrumentos centrados na solidariedade global.

A Revista abre com um artigo do Ex-Secretário-Geral-Adjunto da ONU e Representante Especial do Secretário-Geral para as Operações de Paz, Victor Ângelo. Em **“O renascimento da cooperação internacional é uma prioridade absoluta”**, o autor realça a urgência de reformar as instituições internacionais de forma a melhor refletir o mundo em que vivemos atualmente.

Seguimos com uma reflexão de João Paulo Avelãs Nunes, Professor Associado na Secção de História do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigador Integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra. Em **“Cooperação numa época de crise”**, o autor analisa a evolução das tendências globais desde

o Séc. XX e a importância que a cooperação desempenhou na melhoria das condições de vida de fatias significativas da população global.

Para “**Acertar o passo pela Paz**”, Marta Sousa Coutinho (Economia de Francisco – Portugal) explica como é importante analisar as ameaças à paz de um ponto de vista multidimensional. A autora reflete sobre as implicações do aumento das desigualdades e do agravamento da crise climática para a estabilidade global, e apela à ação em várias frentes com vista à construção da Paz.

Segue-se um artigo assinado pelo Ex-Eurodeputado eleito pelo Partido Socialista, Carlos Zorrinho. Em “**Parcerias para a paz, a cooperação e o desenvolvimento; um caminho com futuro**”, o autor parte da experiência da construção da União Europeia como comunidade de Paz para realçar a importância das políticas de cooperação no mundo atual.

Em “**Política Externa e de Cooperação Feminista: uma Oportunidade para a Justiça Global**”, o destaque vai para a importância da igualdade de género nas relações entre os povos. O texto da autoria da Diretora da Coordenadora de ONGD (Espanha), Maite Serrano, aponta para a necessidade de trazer o tema para o centro do debate internacional, a começar pela 4ª Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, agendada para meados de 2025, em Sevilha.

Mais do que um artigo, “**A Sociedade Civil num mundo em mudança**” é uma conversa entre Ana Luísa Silva, investigadora no CEsA/ISEG, Carla Paiva, Presidente da Plataforma, e Ines Pousadela, Especialista Sénior de Investigação na CIVICUS. A partir das questões colocadas pelas autoras, a reflexão aborda questões como o papel da Sociedade Civil no contexto atual, e a

necessidade de persistir na defesa da Democracia e dos Direitos Humanos.

Num texto dedicado às “**(in)Coerências do Desenvolvimento**”, a Equipa do Projeto Coerência (implementado pela FEC e pelo IMVF) realça a necessidade de olhar para o Desenvolvimento de forma ampla, e não apenas a partir das políticas de cooperação. Num contexto marcado pelo agravamento da crise climática, as autoras alertam para a necessidade de garantir que a definição de políticas públicas em todas as áreas setoriais tem como preocupação fundamental promover o bem-estar das pessoas e do planeta.

Na **entrevista**, conversamos com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Nuno Sampaio, sobre as prioridades do Governo para os próximos anos.

Com esta edição da Revista da Plataforma, esperamos poder contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre as mudanças globais em curso, reforçando a importância das políticas de cooperação na definição de respostas para os desafios que enfrentamos.

O RENASCIMENTO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL É UMA PRIORIDADE ABSOLUTA

VICTOR ÂNGELO

—
Ex-Secretário-Geral-Adjunto da ONU / Representante Especial do Secretário-Geral, Operações de Paz

Hoje, contrariamente ao que acontecia em 1945, o ano da fundação da ONU, vivemos num mundo profundamente interconectado. Uma crise num ponto do globo acaba frequentemente por ter repercussões noutras partes do nosso planeta, seja porque põe em causa a estabilidade e a segurança de outros, muito para além das fronteiras do país em que ocorre, ou por provocar fenómenos migratórios de grande envergadura, catástrofes humanitárias, divisões muito sérias na cena internacional, ou ainda movimentos armados, violentos e muitas vezes terroristas. Vivemos desde o início do século um período de grandes transformações na arena mundial, de perigos e desafios altamente complexos e profundamente ameaçadores. Tudo

isto questiona a autoridade das organizações internacionais, e em especial, a dimensão da paz e segurança das Nações Unidas.

Na verdade, temos estado a assistir à erosão desse pilar fundamental da ONU. Nos últimos dez anos, não foi aprovada nenhuma nova operação de manutenção da paz da ONU – a missão que acaba de se iniciar no Haiti é acima de tudo uma missão de polícia, exercida por militares e com um mandato estranho, sem enquadramento político nem uma definição clara da estratégia de transferência gradual das suas responsabilidades para as instituições do país. Durante o mesmo período, assistimos à retirada das missões em vários países, incluindo no Mali, e ao fecho de várias iniciativas de mediação política.





A ONU tem, todavia, um âmbito mais vasto e todo um conjunto de agências, programas e fundos que desempenham um papel positivo. Essas componentes do sistema *onusiano* são especialmente apreciadas nos países em desenvolvimento, pelo reforço que oferecem às instituições públicas desses estados, bem como às organizações da sociedade civil. É aí que se vê o multilateralismo em ação e a obter resultados. Na maioria dos casos, a dificuldade principal é financeira: as contribuições para as suas atividades são feitas pelos estados-membros de modo voluntário. E a angariação de fundos tem muitos candidatos em competição, dentro e fora do sistema. É uma matéria bastante complexa, as necessidades são imensas e variadas, enquanto os orçamentos dos doadores têm sofrido reduções importantes. Para além disso,

—
**VIVEMOS DESDE O
INÍCIO DO SÉCULO UM
PERÍODO DE GRANDES
TRANSFORMAÇÕES NA
ARENA MUNDIAL, DE
PERIGOS E DESAFIOS
ALTAMENTE COMPLEXOS
E PROFUNDAMENTE
AMEAÇADORES. TUDO ISTO
QUESTIONA A AUTORIDADE
DAS ORGANIZAÇÕES
INTERNACIONAIS, E EM
ESPECIAL, A DIMENSÃO
DA PAZ E SEGURANÇA DAS
NAÇÕES UNIDAS**

existem outras dimensões, que nem sempre são corretamente entendidas, e que dizem respeito a questões de legitimidade, de credibilidade, de neutralidade e de capacidade operacional. Maior transparência nessas matérias ajudaria fortemente o trabalho de todos e uma maior compreensão sobre a importância da cooperação multilateral.

É importante, no entanto, não esquecer que a ONU foi estabelecida há cerca de oito décadas para garantir a paz e permitir a resolução dos conflitos entre as nações por meios pacíficos. A Carta das Nações Unidas, embora tenha sido aprovada num momento histórico muito diferente do atual – por 50 estados-membros, quando a ONU é hoje integrada por 193 membros – é bastante clara sobre a primazia que dá às questões da paz. Com o tempo e as independências nacionais, tornou-se imperativo reconhecer de igual modo a importância das questões do desenvolvimento e dos direitos humanos. Paz, desenvolvimento e o respeito pela dignidade humana tornaram-se os três pilares centrais da organização. Isso não quer dizer que as questões normativas, a definição de regras técnicas, da aviação civil às questões da propriedade intelectual, ou o trabalho humanitário, sanitário, educacional e noutras áreas tenha um significado menor. Essas são áreas em que as decisões multilaterais são indispensáveis para o bom funcionamento dos sectores económicos e sociais a que dizem respeito.

Mas quando se fala das Nações Unidas está-se sobretudo a pensar no papel político da organização, ou seja, na manutenção da paz entre os povos. O Secretário-Geral e o Conselho de Segurança são vistos, acima de tudo, a partir do prisma político. É aí que se mede o sucesso das suas intervenções. Ambos têm de assegurar que a prevenção de conflitos, ou a sua resolução, está no centro da agenda do Secretariado-geral



e do Conselho de Segurança. E que se consegue obter resultados.

As grandes fraturas atuais na cena internacional, da agressão russa contra a Ucrânia à tragédia de Gaza, sem esquecer muitas outras, como a guerra de Bashar al-Assad na Síria contra a sua própria população, dão origem a apreciações muito controversas da atuação de ambos, do Secretário-Geral e do Conselho de Segurança.

Mas o principal problema reside no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Este órgão é a autoridade suprema quando se trata de resolver os verdadeiros desafios à ordem internacional. O Conselho tem estado continuamente a

COM O TEMPO E AS INDEPENDÊNCIAS NACIONAIS, TORNOU-SE IMPERATIVO RECONHECER DE IGUAL MODO A IMPORTÂNCIA DAS QUESTÕES DO DESENVOLVIMENTO E DOS DIREITOS HUMANOS. PAZ, DESENVOLVIMENTO E O RESPEITO PELA DIGNIDADE HUMANA TORNARAM-SE OS TRÊS PILARES CENTRAIS DA ORGANIZAÇÃO

perder a sua autoridade. A decisão de invadir o Iraque, tomada nos Açores em 2003 sem o envolvimento do Conselho de Segurança por George W. Bush, Tony Blair e José María Aznar, com José Manuel Durão Barroso como anfitrião, marca o início do declínio da função política da ONU. Foi, para muitos observadores, um dos maiores ataques à credibilidade do Conselho. Desde então, temos assistido a uma sucessão de factos semelhantes: a Líbia em 2011, a Síria imediatamente depois, a invasão da Crimeia em 2014, a questão palestiniana, que se agravou a partir de 2018, com um novo veto dos EUA a 1 de junho desse ano, bem como a aprovação de missões de paz onde não havia qualquer processo de paz ou acordo político aprovado e respeitado pelas

partes em conflito. Estes são alguns exemplos da crescente perda de autoridade e da crescente irrelevância do Conselho de Segurança.

A questão essencial é a reforma do Conselho. Esse assunto tem estado na agenda desde o período das descolonizações. Ganhou alguma força depois do fim da Guerra Fria, na década de 90 e volta agora a ser um tema central, sobretudo com a preparação da Cimeira do Futuro (22-23/09/24), que faz parte do segmento de alto nível da Assembleia Geral deste ano.

O futuro do multilateralismo, nas áreas políticas, do desenvolvimento e dos direitos humanos, depende dessa reforma. O Conselho tem de representar a realidade internacional de hoje e não a que existia em 1945. A África, a América Latina, a Ásia e outras economias de relevância indiscutível devem ter uma presença permanente e significativa no Conselho de Segurança. O Secretário-Geral e as organizações regionais têm a obrigação de tornar esta questão um ponto prioritário da agenda internacional. Como também é vital rever as regras sobre o uso do direito de veto. Insistir, voltar a insistir, mesmo sabendo que ambos os temas parecem insolúveis, tendo presente a oposição sistemática dos cinco países com assento permanente no Conselho e direito de veto.

Para resolver os desafios globais é preciso ganhar o combate pela reforma. O silêncio e aceitação de uma realidade ultrapassada levam apenas a divisões e confrontos de grande envergadura numa altura em que os desafios existentes e as suas tendências de evolução negativa pedem coordenação e cooperação entre todos os povos. Uma coordenação e uma cooperação urgentes, vitais.

COOPERAÇÃO NUMA ÉPOCA DE CRISE

PROPOSTA DE BALANÇO SOBRE EXPERIÊNCIAS DOS SÉCULOS XX E XXI

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES

O autor escreve segundo o antigo acordo ortográfico

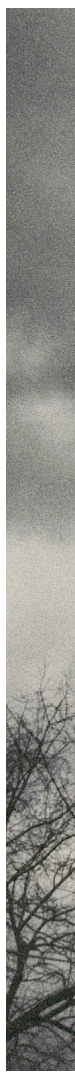
UC/FL/DHEEAA/SH e CEIS20/UC

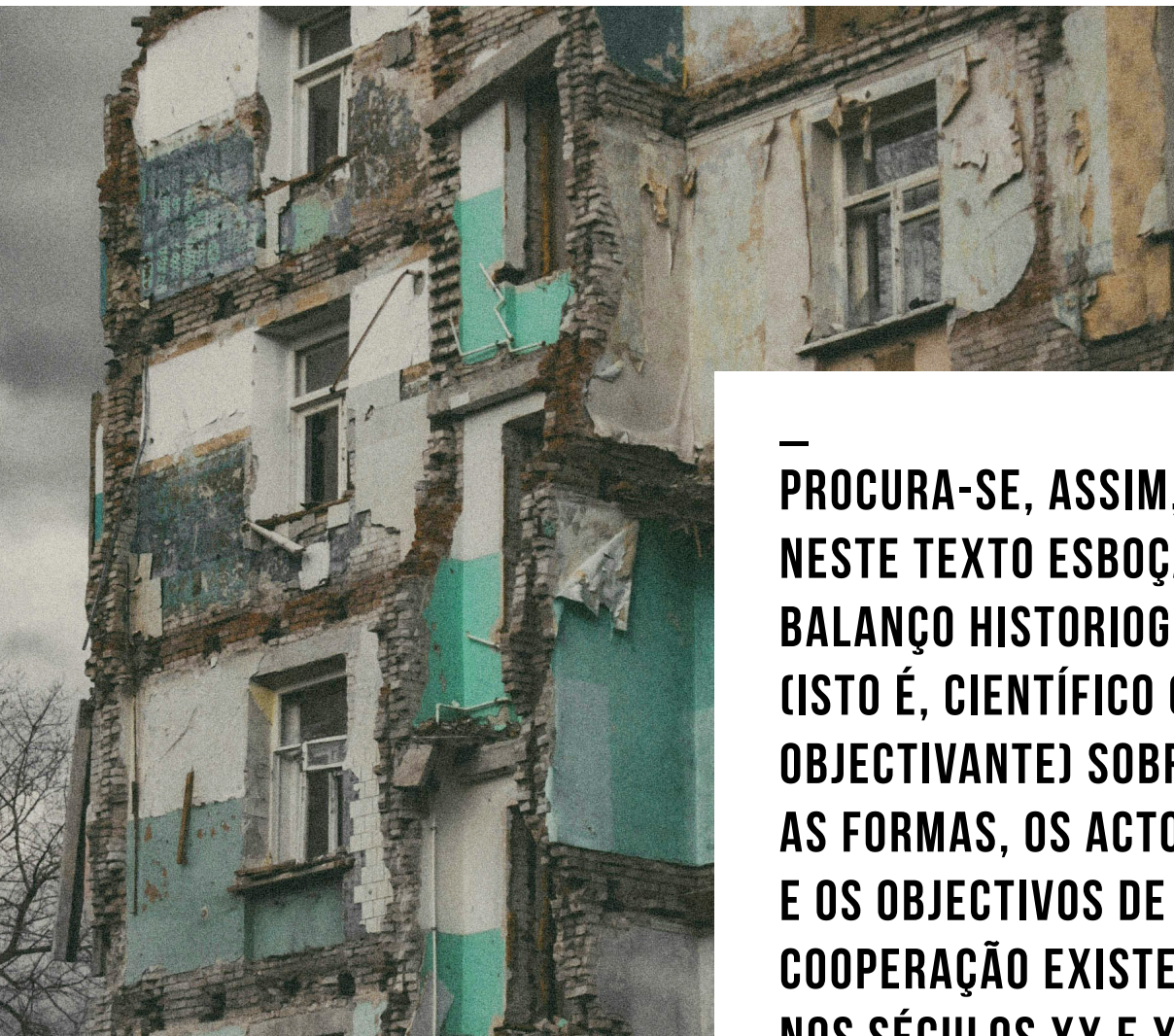
Vive-se hoje uma conjuntura de afirmação e de recusa – ou de desvalorização – da identificação e da garantia de direitos humanos; de crise das democracias e do multilateralismo, económico-social e da atenuação das desigualdades, dos equilíbrios ambientais e da salvaguarda dos recursos naturais não renováveis, de uma governança cuidadosa da multiculturalidade e do combate a formas de discriminação, de uma regulação da disseminação de novas tecnologias e do debate cultural. Deparamo-nos, pois – indivíduos, organizações, instituições e respectivas concepções de senso comum e/ou ideológicas mais ou menos marcadas pela apropriação de conhecimento científico –, com dificuldades e com oportunidades acrescidas. Esse aumento de tensão será ainda mais relevante no âmbito das actividades de cooperação.

Procura-se, assim, neste texto esboçar um balanço historiográfico (isto é, científico ou

objectivante) sobre as formas, os actores e os objectivos de cooperação existentes nos séculos XX e XXI. Lembro, a este propósito, a presença no referido campo de indivíduos e de organizações de sociedades civis, de sistemas políticos e de aparelhos de Estado, de Organizações Internacionais. Saliento que, nomeadamente até meados da década de 1970, para além de países independentes – hegemónicos, dominantes ou subordinados –, observa-se a presença de populações/territórios não autónomos (domínios, protectorados, colónias, mandatos). Destaco, também, a evidência de o sistema de relações internacionais ter assumido, no período em apreço, diversas configurações e várias lógicas de funcionamento.

Talvez seja possível assumir que, até à etapa final da Segunda Guerra Mundial (1944/1945), o sistema de relações internacionais baseou-se, sobretudo, em laços bilaterais de dominação ou de rivalidade. O prolongamento da vigência de Impérios e a Primeira Grande Guerra, a Grande Crise das décadas de 1920 e 1930, a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto decorreram dessa configuração. Concretizadas pela embrionária Sociedade das Nações, por





—
**PROCURA-SE, ASSIM,
NESTE TEXTO ESBOÇAR UM
BALANÇO HISTORIOGRÁFICO
(ISTO É, CIENTÍFICO OU
OBJECTIVANTE) SOBRE
AS FORMAS, OS ACTORES
E OS OBJECTIVOS DE
COOPERAÇÃO EXISTENTES
NOS SÉCULOS XX E XXI**

Estados, por organizações ou individualidades de sociedades civis, as iniciativas de cooperação ocorridas resultaram, predominantemente, em esforços tanto de atenuação de fenómenos disruptivos agudos – acidentes naturais e epidemias, conjunturas de fome ou situações de guerra civil – como de reprodução de lógicas de crescimento económico e/ou de distribuição explicitamente assimétrica da riqueza gerada.

Ao longo período da Guerra Fria (1947-1991), mau grado vários factores limitativos, ter-se-á reconhecido que a cooperação é

indispensável quando se visa promover, com certa abrangência, o multilateralismo e o desenvolvimento económico-social (através, por exemplo, da ONU, da segunda vaga de descolonizações e do Movimento dos Países Não Alinhados; da operacionalização das teorias económicas keynesiana ou estruturalista e de uma globalização regulada; do Plano Marshall no âmbito da OECE e do apoio à reconstrução do Japão; da criação da CEE e da OCDE, da EFTA e do COMECON; do patrocínio das transformações sociais globais verificadas na



Coreia do Sul e em Taiwan). O facto de, quer os EUA e a URSS, quer potências intermédias terem procurado valorizar as respectivas posições a partir das modalidades de cooperação que dinamizaram não invalidaria a importância absoluta de algumas das metas alcançadas.

No pós-Guerra Fria (1991-...) observam-se tendências contraditórias relativamente à configuração e à valoração das actividades de cooperação. Assiste-se, por um lado, a posturas de condenação do multilateralismo e da democracia, de revalorização das ditaduras e/ou do bilateralismo assimétrico; por outro lado, à identificação do desenvolvimento integrado/sustentável, da democracia e do multilateralismo como objectivos de longo prazo de iniciativas de cooperação. Critica-se a cooperação como forma encapotada de exploração e aculturação do “Sul global” pelo “Norte global” mas, em sentido inverso, reconhece-se que muitas escolhas feitas em países periféricos – e, mesmo, em Estados semi-periféricos – têm como consequência o inviabilizar ou a redução dos efeitos positivos de projectos de cooperação (Sul-Sul e Norte-Sul).

Advogo, assim, enquanto historiador, que é fundamental reconstituir e analisar, tão objectivamente quanto possível em cada momento, tanto as opções concretizadas no passado – consideram-se aqui as actividades de cooperação, o século XX e as primeiras décadas do século XXI – como as respectivas implicações. Que a apropriação crítica desse conhecimento científico contribui significativamente para qualificar a actuação, cívica e profissional, dos indivíduos, das organizações e das instituições; viabiliza a produção de conhecimento tecnológico de base científica e a aplicação de soluções tecnológicas operatórias (mais ou menos injustas ou justas, predatórias ou sustentáveis).

Um dos vectores indispensáveis à elaboração de conhecimento científico – historiográfico e outros – é a selecção e/ou a estruturação de conceitos adequados ao objecto de estudo delimitado. No que concerne às categorias teóricas necessárias a uma melhor compreensão das experiências de cooperação existentes nos séculos XX e XXI, refiro, nomeadamente, as

—
**AO LONGO PERÍODO DA
GUERRA FRIA (1947-
1991), MAU GRADO VÁRIOS
FACTORES LIMITATIVOS,
TER-SE-Á RECONHECIDO
QUE A COOPERAÇÃO É
INDISPENSÁVEL QUANDO
SE VISA PROMOVER, COM
CERTA ABRANGÊNCIA,
O MULTILATERALISMO
E O DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO-SOCIAL**

de sistema de relações internacionais unipolar, bipolar ou multipolar, unilateralista ou multilateralista; as de regime liberal conservador, monarquia autocrática, regime demoliberal, ditadura (autoritária e/ou totalitária), regime democrático, Governo populista e autoritário; as de políticas sócio-económicas marginalistas e globalizadoras liberais ou proteccionistas, colectivistas ou corporativistas e proteccionistas ou autárquicas, keynesianas ou estruturalistas e de globalização regulada, monetaristas e globalizadoras neo-liberais.

Proponho, também, a hipótese segundo a qual a qualidade de vida da quase totalidade dos indivíduos envolvidos melhorou quando, nos séculos XX e XXI, motivados por altruísmo e/ou por preocupações de restituição, por egoísmo racional e/ou por desejo de afirmação

—
**O FACTO DE, QUER OS EUA
E A URSS, QUER POTÊNCIAS
INTERMÉDIAS TEREM
PROCURADO VALORIZAR AS
RESPECTIVAS POSIÇÕES A
PARTIR DAS MODALIDADES
DE COOPERAÇÃO
QUE DINAMIZARAM
NÃO INVALIDARIA A
IMPORTÂNCIA ABSOLUTA
DE ALGUMAS DAS METAS
ALCANÇADAS**

própria, os seres humanos, as sociedades e as Organizações Internacionais optaram por correlacionar vanguardismo e diálogo/negociação, competição e cooperação. A qualidade de vida da grande maioria dos indivíduos participantes degradou-se, por sua vez, no período delimitado, sempre que, motivados por egoísmo irracional ou por desprezo face ao outro, prevaleceram lógicas quer de isolamento quer de dominação, exploração e/ou discriminação; de vanguardismo modernizador, conservador ou tradicionalista.

ACERTAR O PASSO PELA PAZ

MARTA SOUSA COUTINHO

—
Economia de Francisco (Portugal)

Apercebemo-nos cada vez melhor como a Paz não é garantida e como a falta dela noutros lugares também nos afeta. Vivemos num tempo incerto onde os conflitos, as ditaduras e os desafios globais aumentam. Esta tendência, que contrasta com os princípios de cooperação, diálogo e fraternidade, leva-nos a crer numa segurança que tem como base a força.

A competição política e económica pela aquisição e desenvolvimento de armamento gera desconfiança entre nações e desvia recursos que poderiam ser investidos em saúde, educação, cultura e necessidades básicas, comprometendo a paz e o bem-estar dentro dos próprios países. Este ciclo alimenta uma cultura de medo, perpetuando as desigualdades ao concentrar esforços na segurança nacional em detrimento da segurança e qualidade de vida de cada um.

O recurso à retórica nacionalista e populista é muitas vezes utilizado de forma a legitimar despesas militares. Este tipo de discursos cria polarização e desconfiança entre as nações, prejudicando o diálogo intercultural e a

promoção da cidadania global que são chaves para o caminho da paz. A diplomacia e a classe política podem promovê-los na sociedade implementando políticas de inclusão a níveis internacionais.

Diálogo político e negociações são soluções pacíficas de prevenção e resolução de conflitos, como o Tratado de não Proliferação de armas nucleares¹ ou a Declaração Universal dos Direitos Humanos², sendo esta declaração o “fundamento (...) da paz no mundo” e o princípio da necessidade de estabelecer barreiras aos conflitos e a garantir a dignidade de cada um.

Refletir nos recursos que cada país possui e utilizá-los em prol do desenvolvimento humano, reduzindo as desigualdades, a pobreza e a exclusão social, é essencial para promover a paz, que deve focar-se na justiça social e económica, começando em cada um de nós e sendo impulsionada de forma diplomática pelos líderes políticos.

O caminho para a paz é o caminho que responde aos maiores desafios que há muito enfrentamos e que a igreja tem procurado responder. Em 1963, o Papa João XXIII dizia-nos na Encíclica *Pacem in Terris* que a paz “trata-se de um objetivo que só pode trazer bons frutos, porque as suas

vantagens se farão sentir a todos: aos indivíduos, às famílias, aos povos e a toda a comunidade humana”³ A Paz é-nos apresentada como o fim pelo qual devemos ser ativos na procura de instrumentos para a sua construção.

Ao sabermos que a nossa natureza requer uma vida em comunidade, procuramos trabalhar a paz pela união, pelas relações e pela razão. No séc. XIII, [São] Francisco de Assis, vivia num tempo de guerra entre cristãos europeus, que procuravam libertar os Lugares Santos no Egito, contra muçulmanos. S. Francisco, cheio de coragem, saiu de Assis a pé e foi até ao Egito, ao encontro do Sultão Camil, desarmado e com o intuito de pedir a paz naquela terra.

Como São Francisco, pode ser cada um de nós a dar Passos pela Paz. Um exemplo concreto de ação foi a união de pessoas de boa vontade, com diferentes ideologias e com uma crença verdadeira de que juntas podem dar passos por um caminho de paz. Como resultado destes passos em diferentes nações, a Organização Internacional da Economia de Francisco vai até Jerusalém entregar um cordão franciscano como símbolo da paz, após a conclusão da angariação de fundos. Cada um de nós também teve oportunidade de se juntar a essa iniciativa, criando a sua própria caminhada.

Temos a oportunidade de refletir nesta ação como uma motivação concreta para a construção da paz e para nos desafiarmos a enfrentar os grandes desafios globais que ameaçam a sua existência. Hoje, somos chamados a olhar em

— A COMPETIÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA PELA AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ARMAMENTO GERA DESCONFIANÇA ENTRE NAÇÕES E DESVIA RECURSOS QUE PODERIAM SER INVESTIDOS EM SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA E NECESSIDADES BÁSICAS, COMPROMETENDO A PAZ E O BEM-ESTAR DENTRO DOS PRÓPRIOS PAÍSES

¹ Tratado de não Proliferação das Armas Nucleares, 1976

² Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948

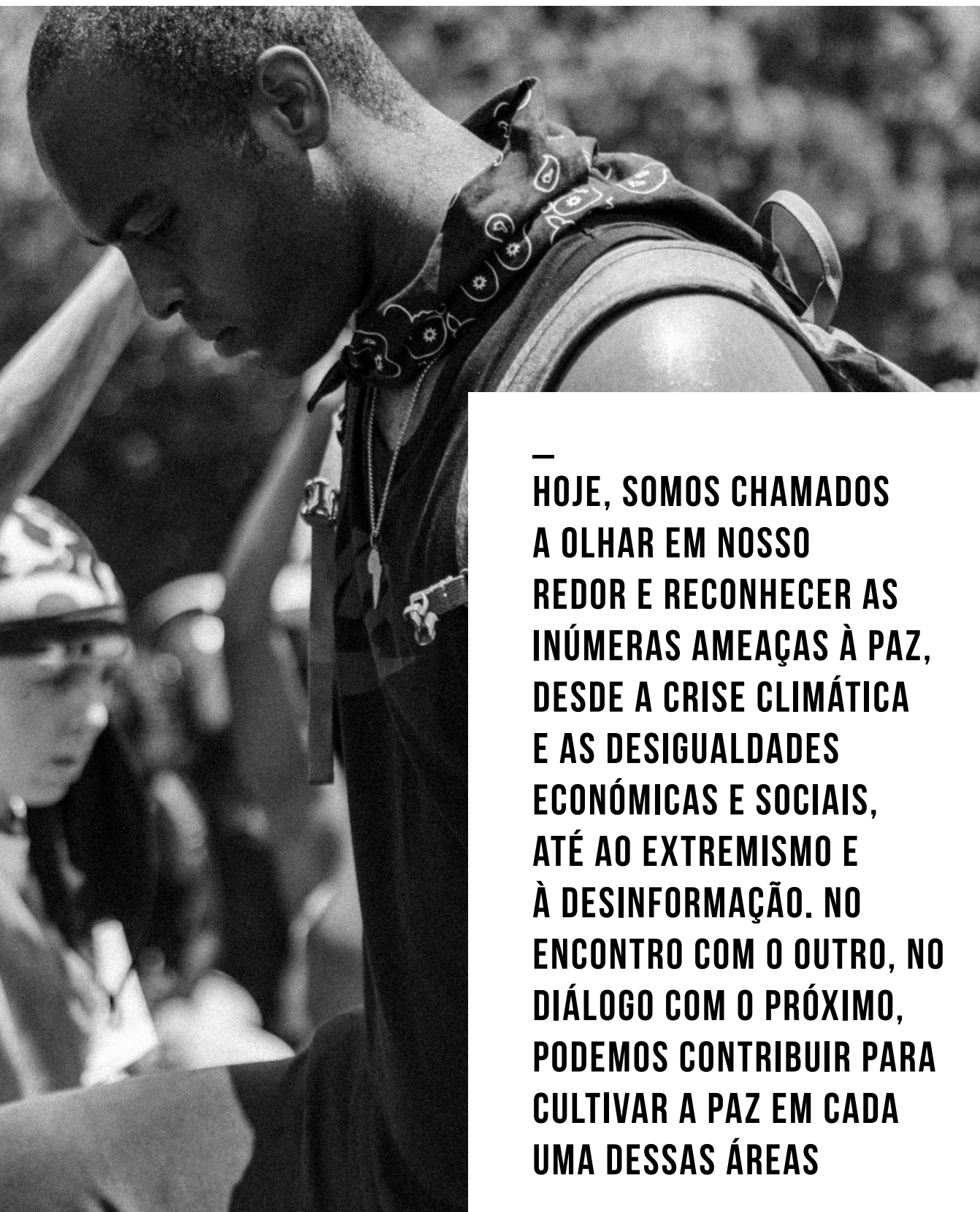
³ Papa João XXIII, Carta enc. *Pacem in Terris*, (11 de abril de 1963), 116.

nosso redor e reconhecer as inúmeras ameaças à paz, desde a crise climática e as desigualdades económicas e sociais, até ao extremismo e à desinformação. No encontro com o outro, no diálogo com o próximo, podemos contribuir para cultivar a paz em cada uma dessas áreas, prestando atenção a diferentes horizontes, promovendo o diálogo e incentivando a cooperação.

Este olhar mais sustentável para a paz, remete-nos para além da ausência do conflito, mas para a justiça social e económica, e promovendo uma rede global de partilha de recursos e experiências. Neste contexto, a Economia de Francisco surge como um movimento que integra estes valores, mobilizando jovens, economistas e empreendedores de todo o mundo para repensar a economia à luz da dignidade humana, do cuidado com o meio ambiente e da promoção de uma paz sustentável, baseada na cooperação e no diálogo global.

Como cidadãos, devemos ser interessados e ativos na educação para a paz, na diplomacia e no envolvimento em iniciativas globais, procurando o investimento no desenvolvimento e na cooperação. Ao reconhecer que pequenas ações podem ter um impacto significativo, podemos refletir sobre como redirecionar os investimentos para áreas que beneficiem diretamente os cidadãos. Pequenas mudanças nas nossas escolhas e prioridades podem ser catalisadoras de transformações, promovendo um mundo seguro, um mundo equilibrado, um mundo de Paz!





—
**HOJE, SOMOS CHAMADOS
A OLHAR EM NOSSO
REDOR E RECONHECER AS
INÚMERAS AMEAÇAS À PAZ,
DESDE A CRISE CLIMÁTICA
E AS DESIGUALDADES
ECONÓMICAS E SOCIAIS,
ATÉ AO EXTREMISMO E
À DESINFORMAÇÃO. NO
ENCONTRO COM O OUTRO, NO
DIÁLOGO COM O PRÓXIMO,
PODEMOS CONTRIBUIR PARA
CULTIVAR A PAZ EM CADA
UMA DESSAS ÁREAS**

PARCERIAS PARA A PAZ, A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO; UM CAMINHO COM FUTURO

CARLOS ZORRINHO

—
Ex-Eurodeputado eleito pelo Partido Socialista e
Professor Catedrático na Universidade de Évora

Embora sujeita a pressões externas crescentes e contaminada internamente por múltiplos e complexos fatores de entropia, a parceria europeia para a paz e a cooperação, nascida há quase setenta anos com a assinatura do Tratado de Roma, assegurou décadas de convivência pacífica entre os países signatários, e entre todos os que depois a vieram a integrar nos seus diversos formatos estatutários.

Agora sob a forma de União Europeia (UE), a parceria nascida após a 2ª Guerra Mundial continua a constituir uma inspiração para travar a fragmentação, a fratura geopolítica e o aprofundar das desigualdades no mundo em que vivemos e para que seja possível construir e aplicar novas respostas aos desafios globais com que a humanidade se confronta.

Ainda como Eurodeputado, funções que exerci entre julho de 2014 e julho de 2024, e na minha qualidade de Relator Permanente do Parlamento Europeu para a Ajuda Humanitária, fui o autor da “Estratégia inovadora para a ajuda humanitária: as crises atuais e esquecidas em foco”, cuja elaboração foi muito participada por todas as famílias políticas e instituições europeias e também pelos representantes dos múltiplos atores que operam no setor, tendo merecido uma aprovação massiva no Plenário de Estrasburgo em novembro de 2023. Com o consenso gerado criaram-se também condições para um reforço dos recursos afetos à ajuda humanitária e à cooperação e desenvolvimento no quadro da revisão intercalar do Quadro de Financiamento Plurianual 2021/2027.

A renovação da estratégia e o sinal financeiro que destaquei são importantes, mas insuficientes. Quando os recursos sobem aritmeticamente e as necessidades exponencialmente, devido ao contexto de conflitualidade global e aos seus impactos nas comunidades, geram-se crescentes “gaps” de carência de financiamento que exigem ações estruturais para serem combatidos.



O Acordo de Samoa, oficialmente assinado em 15 de novembro de 2023 em Ápia, e que na sequência do Acordo de Cotonu, cria o novo quadro jurídico para a cooperação e o desenvolvimento entre a UE e a Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OEACP), transporta consigo uma visão ambiciosa de trabalho conjunto para uma parceria entre iguais com uma dimensão regional e parlamentar reforçadas.

Inspirado pela experiência da parceria europeia e dos vários ciclos das parcerias UE/OEACP entendo que o Acordo de Samoa, em cuja concretização participei ativamente como Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para África, Caraíbas e Pacífico (DACP), contém em si mesmo três pilares que exemplificam aquilo que será fundamental para um novo caminho de cooperação capaz de fazer face aos novos desafios globais.

O primeiro pilar, construído no quadro de uma parceria entre iguais, é o princípio da cocriação, que reconhecendo diferentes níveis de desenvolvimento entre parceiros, não dá prioridade a soluções assistencialistas ou chave na mão, mas valoriza positivamente projetos conjuntos desenhados por medida e que permitam a criação direta de valor e de qualificações para todos os que neles participam, como base de uma cooperação não casuística, mas estrutural e sustentável.

O segundo pilar combina unidade com proximidade, ao adicionar ao acordo global três protocolos regionais centrados nas necessidades específicas da cooperação com África, com as Caraíbas e com o Pacífico.

Finalmente, o terceiro pilar reforça a dimensão parlamentar do acordo, dando mais voz aos



AGORA SOB A FORMA DE UNIÃO EUROPEIA (UE), A PARCERIA NASCIDA APÓS A 2ª GUERRA MUNDIAL CONTINUA A CONSTITUIR UMA INSPIRAÇÃO PARA TRAVAR A FRAGMENTAÇÃO, A FRATURA GEOPOLÍTICA E O APROFUNDAR DAS DESIGUALDADES NO MUNDO EM QUE VIVEMOS

representantes diretos dos povos e criando uma Assembleia Parlamentar Paritária África, Caraíbas e Pacífico – União Europeia (APP ACP/UE), e três Assembleias Parlamentares Regionais África /UE, Caraíbas /UE e Pacífico/UE, cuja instalação ocorreu em fevereiro de 2024 em Luanda. Tive a honra de copresidir, juntamente com a minha colega moçambicana Ana Rita Sithole à nova APP ACP/UE desde a sua instalação até ao final do meu mandato, tal como tinha copresidido à APP ACP/UE no quadro do acordo de Cotonu desde 2019.

Baseio-me neste artigo em duas experiências pessoais no quadro da ajuda humanitária e das parcerias para a paz, a cooperação e o desenvolvimento, para melhor poder alicerçar a minha convicção de que a base multilateral que estrutura o projeto europeu não deve

hesitar perante o dilema geopolítico com que está confrontado.

Sem ceder nos valores que partilhamos, devemos tentar contaminar o mundo com a nossa perspetiva multilateral de relacionamento entre os países e os povos e não nos deixarmos capturar ou acantonar em blocos fraturantes que serão antecâmeras do fechamento, do discurso de ódio, da recusa da diversidade, dos nacionalismos exacerbados e do enfraquecimento da empatia.

Embora de forma progressiva e nem sempre com a profundidade e a visibilidade que se justificariam, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 têm constituído as métricas do progresso também para os modelos de cooperação, designadamente para a parceria europeia e para as parcerias externas da União Europeia e para os processos de concretização, designadamente do programa Europa Global (Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional) e dos projetos apoiados no contexto da estratégia “*Global Gateway*”.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, revistos tendo em conta os impactos da aceleração tecnológica, poderão e deverão ser um mínimo denominador comum de sustentabilidade e sobrevivência no quadro de uma globalização ética da resposta aos grandes desafios globais ao nível do clima, da biodiversidade e do desenvolvimento humano.

A UE deve fazer deste caminho a vereda de oportunidade que dá sentido à opção por uma estratégia geopolítica pela paz e pela cooperação entre iguais, assegurando a sua relevância enquanto ator global e parceira credível e inspiradora de um futuro melhor.

POLÍTICA EXTERNA E DE COOPERAÇÃO FEMINISTA: UMA OPORTUNIDADE PARA A JUSTIÇA GLOBAL

MAITE SERRANO

—
Diretora da Coordenadora de Organizaciones para el Desarrollo (Espanha)

Num planeta em convulsão, onde a pobreza de milhares de milhões de pessoas (a maioria delas mulheres) contrasta com a crescente acumulação de riqueza por um número reduzido de pessoas; onde as violências se concentram contra mulheres, meninas, adolescentes e pessoas em situação de vulnerabilidade; onde o ecossistema que habitamos enfrenta, entre outras, as ameaças da emergência climática, da perda de biodiversidade, da desflorestação e da escassez de água doce...; e onde parece que as guerras querem substituir o diálogo e a cooperação, a política externa feminista surge como uma abordagem inovadora que pode contribuir para impulsionar as transformações necessárias para promover a justiça global.

—
NA MAIORIA DOS CASOS, A APLICAÇÃO DESTA ABORDAGEM NA POLÍTICA EXTERNA E DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TRADUZ-SE NUM REFORÇO DA ABORDAGEM DE GÉNERO TRADICIONAL E DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES, SEM QUE ISSO SIGNIFIQUE UM QUESTIONAMENTO DAS ESTRUTURAS DE PODER

Desde que, em 2014, a Suécia¹ adotou uma política externa feminista, quinze países (Canadá, Luxemburgo, França, México, Alemanha, Escócia, Espanha, Líbia, Colômbia, Países Baixos, Chile, Libéria, Mongólia, Argentina e Eslovénia) e um governo autónomo (da Catalunha) assumiram compromissos no sentido de integrar a abordagem feminista no desenho e na implementação da política externa e de cooperação internacional para o desenvolvimento. Este impulso foi acompanhado pela criação de um fórum de alto nível da política externa feminista, para a promover a nível global.

No entanto, na maioria dos casos, a aplicação desta abordagem na política externa e de cooperação para o desenvolvimento traduz-se num reforço da abordagem de género tradicional e da participação das mulheres, sem que isso signifique um questionamento das estruturas de poder nem dos conceitos tradicionais de segurança e interesse nacional que inspiram as chamadas políticas duras (gestão de fronteiras, segurança, comércio...)², especialmente as que têm impacto transfronteiriço e noutros países. Por outras palavras, iniciou-se um diálogo relevante

para a implementação de políticas feministas transformadoras, mas ainda há muito caminho a percorrer para que sejam implementadas a partir de uma abordagem de coerência de políticas abrangente.

Um avanço relevante neste sentido é a aposta da Alemanha na política de desenvolvimento feminista, que parte da premissa de que a abordagem de género transformadora e interseccional implica enfrentar a estrutura de poder patriarcal que prevalece há séculos a nível mundial, reconhecer a herança colonial e racista que impregna as políticas de cooperação e apostar em mudanças sistémicas para alcançar a igualdade, a liberdade e os direitos humanos.

Embora, na prática, a política externa e de cooperação feminista tenha diferentes interpretações, Ana Gúezmes García e Brianda Romero Castelán (Cepal 2023)³ propõem uma definição teórica que clarifica o alcance que essas políticas deveriam ter. “As políticas externas feministas e as políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento feministas são políticas transformadoras dos sistemas, estruturas e padrões patriarcais da política internacional; baseiam-se nos direitos humanos, integram a perspetiva de igualdade de género e a interseccionalidade. Além disso, orientam-se para um futuro comum de desenvolvimento inclusivo e sustentável, com igualdade substancial, com a autonomia das mulheres no centro das transformações, a garantia do direito à paz das gerações atuais e futuras, e o avanço decidido

¹ Em 2022, o governo sueco de coligação afastou-se da Política Externa Feminista, tal como o novo governo da Argentina, presidido por Javier Milei.

² Arco Escriche, Inés (2022): LAS POLÍTICAS EXTERIORES FEMINISTAS: más allá del discurso. CIDOB Notes Internacionals, 269. Março 2022

³ Gúezmes García, Ana y Romero Castelán, Brianda (2023): Diez años de política exterior feminista y política de cooperación internacional para el desarrollo feminista. Una oportunidad para América Latina y el Caribe. CEPAL.

A NÍVEL GLOBAL, É IMPRESCINDÍVEL APROVEITAR TODOS OS ESPAÇOS DISPONÍVEIS PARA AMPLIAR O IMPACTO DESTA ABORDAGEM NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

para uma sociedade do cuidado que coloca no centro a sustentabilidade da vida e do planeta”.

Ou seja, uma política externa e de cooperação feminista atua a partir do pensamento crítico sobre as nossas sociedades capitalistas, patriarcais, androcêntricas, coloniais e racistas, para as transformar em direção à igualdade, melhorando a vida não só das mulheres, mas de toda a sociedade.

Mas, para alcançar essas mudanças, é necessário compreender que incorporar as abordagens feministas vai além da tradicional transversalização da perspectiva de género. Implica trocar as “lentes roxas” – a perspectiva de género – por “lentes progressivas” – uma



perspetiva feminista que permita reconhecer a multidimensionalidade e as interseccionalidades na diversidade de categorias de discriminação através de uma análise de classe e raça, com uma abordagem decolonial e antirracista (género, idade, etnia, raça, religião, sexualidade, classe social, orientação sexual...). Trata-se de uma ferramenta privilegiada que nos permite analisar as causas estruturais da opressão, da violência e das desigualdades na sua complexidade, incluindo as estruturas de poder que as sustentam, com o objetivo de contribuir para a sua transformação.

Transportar esta abordagem, na sua totalidade, para a política externa e de cooperação passa por reconhecer que é necessária uma mudança nas estruturas de pensamento e ação para incorporar perspetivas decoloniais e ecofeministas, que integrem a economia feminista e dos cuidados, que aprendam e

dialoguem com as epistemologias dos “suis globais”. Isto obriga-nos, necessariamente, a desaprender, a questionar-nos, para dar espaço a outros saberes.

O debate já começou e é fundamental que nem os movimentos anti-direitos, nem a tentação de usar a abordagem feminista como uma operação de “lavagem de imagem” – *purplewashing* e/ou *pinkwashing* – travem os avanços necessários para subverter as estruturas de poder que sustentam as violências e desigualdades. Pelo contrário, é necessário aprofundar a reflexão e a análise e, paralelamente, começar a pôr em prática novas formas de fazer política externa e de cooperação para o desenvolvimento a todos os níveis.

No caso espanhol, temos tido a oportunidade de trabalhar para que a integração da abordagem feminista na política de cooperação, tal como consagrado na nova Lei de Cooperação, seja realmente transformadora, interseccional e decolonial. A nível global, é imprescindível aproveitar todos os espaços disponíveis para ampliar o impacto desta abordagem nas relações internacionais e nas políticas públicas. A IV Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), que terá lugar em Sevilha em 2025, ou a Comissão das Nações Unidas para o Estatuto da Mulher (CSW69), 30 anos após a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Pequim, podem ser dois espaços privilegiados para isso.



A SOCIEDADE CIVIL NUM MUNDO EM MUDANÇA

ANA LUÍSA SILVA

—
Investigadora
no CEsA/ISEG

CARLA PAIVA

—
Presidente da Plataforma
Portuguesa das ONGD

INES POUSADELA

—
Especialista Sénior de
Investigação na CIVICUS

Mais do que um artigo, este espaço é o resultado de uma conversa entre Ana Luísa Silva, investigadora no CEsA/ISEG, Carla Paiva, Presidente da Plataforma Portuguesa das ONGD, e Ines Pousadela, Especialista Sénior de Investigação na CIVICUS. Face a todas as mudanças em curso, a reflexão sobre o papel que a Sociedade Civil desempenha é cada vez mais importante.

Num mundo em profunda transformação, com desafios globais para os quais importa encontrar soluções, a Sociedade Civil tem procurado contribuir para os debates em curso em contextos cada vez mais hostis. Este é uma das questões abordadas pelas autoras, que centraram a sua conversa em aspetos como a importância de distinguir entre setores distintos da Sociedade Civil, bem como na necessidade de resistir às imposições colocadas à sua livre atuação.



CARLA PAIVA

“Assistimos à imposição de cada vez mais Restrições à atuação da Sociedade Civil um pouco por todo o mundo. Tendo em conta as barreiras que se vão impondo ao espaço cívico e olhando para todos os desafios que enfrentamos atualmente (alterações climáticas, erosão da democracia, segurança e estabilidade global, para referir apenas alguns), que aspetos deve a Sociedade Civil considerar na reflexão sobre o papel que desempenha na sociedade?”

ANA LUÍSA SILVA

“Esta é uma pergunta complexa, e creio que é importante contextualizar. Apesar de ser verdade que, um pouco por todo o mundo, as restrições ao espaço cívico e à atuação da sociedade civil nas suas várias formas (p.e., organizações não-governamentais, associações, movimentos sociais e sindicatos) se têm intensificado, estas restrições assumem configurações muito distintas em regiões e países diferentes. Se nas democracias ocidentais observamos fenómenos como a utilização excessiva da força policial durante manifestações pacíficas ou a condenação em tribunal de atos de desobediência civil por parte de ativistas climáticos (com penas pesadas), em regimes autoritários eliminam-se pilares centrais da democracia como a

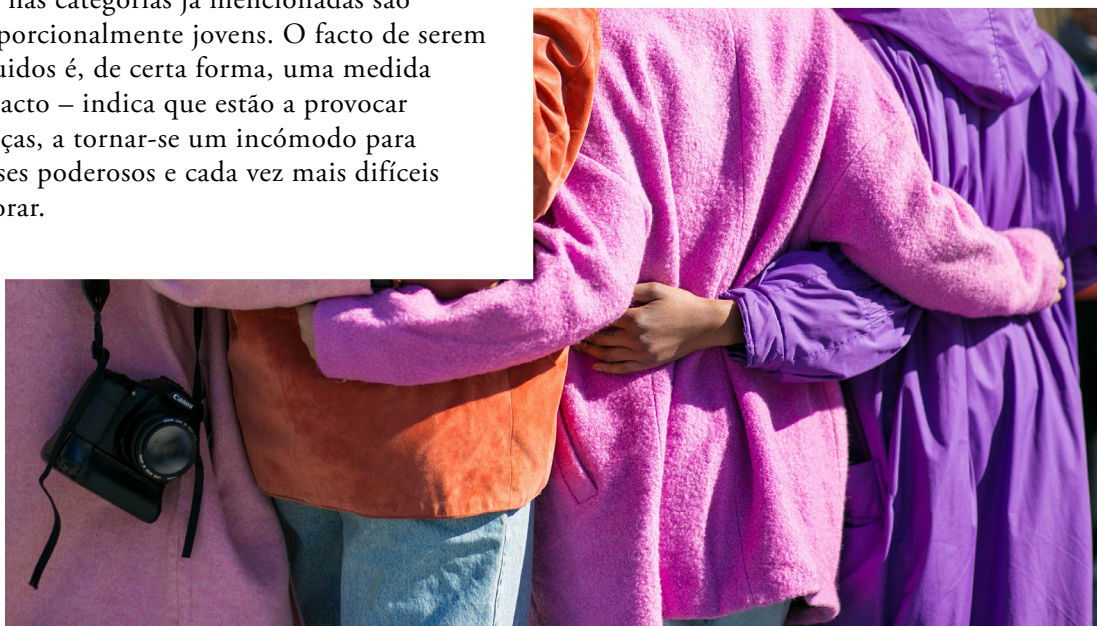
liberdade de associação, de manifestação ou de expressão – e, em casos extremos, como no Afeganistão, parte da população perde direitos básicos. Por outro lado, há investigação recente que mostra que, em certos contextos, o espaço cívico que se fecha para organizações da sociedade civil progressistas abre-se para forças que usam os mesmos meios (protesto, redes sociais, *advocacy*) para apoiar agendas autoritárias e populistas, muitas vezes racistas e xenófobas.

Esta complexidade, num mundo marcado por múltiplas crises de dimensão global, a maior de todas ligada ao fenómeno das alterações climáticas, deve ser tema de reflexão para qualquer organização da sociedade civil e abre lugar a perguntas como: em relação às crises que a humanidade hoje enfrenta, como me posiciono? Qual a minha missão e como posso contribuir para um mundo melhor? Devo repensar a minha atuação? E no contexto em que me encontro, que barreiras à minha atuação enfrento? Onde posso procurar apoio e solidariedade? Se não enfrento barreiras maiores, como posso dar o meu apoio e solidariedade àqueles que dela necessitam, sabendo que as crises no mundo globalizado são preocupação e responsabilidade comum?”

INES POUSADELA

“Concordo completamente com a Ana Luísa. Já não falamos em "redução do espaço cívico" porque isso dá a ideia de que o espaço cívico é uniforme e está a ser reduzido da mesma maneira e na mesma medida para todos, o que não é de todo o caso – alguns atores regressivos têm agora mais espaço para se mobilizarem do que tiveram durante muito tempo. Assim, falamos de restrições ao espaço cívico – que são impostas por alguém, a alguém, por um motivo. Dentro da sociedade civil, certos segmentos são desproporcionalmente afetados por estas restrições. Isso depende muito do contexto, mas, globalmente, a nossa pesquisa mostra que aqueles que defendem a democracia e uma melhor governação, os defensores do clima e do ambiente, e as mulheres que lutam pelos seus direitos, especialmente em contextos repressivos, estão entre os mais afetados. Em algumas partes do mundo, também se trata de pessoas LGBTQI+, e muitas das pessoas visadas nas categorias já mencionadas são desproporcionalmente jovens. O facto de serem perseguidos é, de certa forma, uma medida de impacto – indica que estão a provocar mudanças, a tornar-se um incómodo para interesses poderosos e cada vez mais difíceis de ignorar.

É importante notar que esta crise do espaço cívico está a ocorrer num momento de regressão democrática, e essa regressão assume muitas formas, incluindo não apenas o regresso de golpes militares à moda antiga e a consolidação de autocracias, mas também a erosão da democracia a partir de dentro – por líderes autoritários eleitos democraticamente e, por vezes, extremamente populares. Neste contexto, a sociedade civil deve repensar a sua relação com os valores liberais e democráticos e os seus papéis igualmente importantes como a voz das maiorias ignoradas, defensora dos direitos humanos universais e contrapeso às tendências autoritárias, mesmo quando apoiadas por uma maioria. A verdade é que a sociedade civil não parece estar a refletir muito sobre isto, mas sim a lutar para continuar a cumprir toda a panóplia dos seus papéis em contextos cada vez mais hostis.”



ANA LUÍSA SILVA

“Pegando na resposta da Ines, estava a refletir sobre os papéis que a sociedade civil tem desempenhado e as formas para que evoluiu ao longo da história, à medida que os contextos políticos, económicos e sociais mudaram. O que podemos dizer sobre as formas e os papéis da sociedade civil hoje? Se tirássemos uma “fotografia” da sociedade civil em todo o mundo, o que é que esta nos diria?”

CARLA PAIVA

“É certamente importante distinguir entre os diferentes tipos e papéis da Sociedade Civil. No entanto, acredito que primeiro devemos olhar para o contexto mais amplo em que esta fragmentação de propósitos ocorre.

Recentemente, tem havido um aumento de movimentos que não partilham os valores da democracia (alguns dos quais são abertamente anti-democráticos). Embora muitas vezes sejam descritos como movimentos inorgânicos, rapidamente se transformam em partidos políticos com o objetivo de conquistar o poder. Também é bastante comum encontrar *think tanks* que são usados como caixas de ressonância para mensagens populistas, nacionalistas e xenófobas. A sociedade civil não está imune a estas tendências.

No entanto, se há algo que ainda distingue a sociedade civil (pelo menos uma parte dela), é a capacidade, mesmo em ambientes hostis, de continuar a amplificar a voz das comunidades marginalizadas e vulneráveis. Mesmo com restrições crescentes, a sociedade civil desempenha

um papel fundamental na denúncia de violações dos direitos humanos, assim como da injustiça em geral.

Com mais ou menos fulgor, o debate sobre o papel da sociedade civil na sua dimensão política continua a ser feito. Não há maior prova de vitalidade cívica do que esta. Dado o contexto em que vivemos, acredito que é crucial aprofundar esta discussão. Talvez devêssemos começar por olhar para dentro e refletir sobre como podemos ajustar as nossas ações.

Num contexto de profunda transformação global, uma coisa é clara: a democracia, a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a paz dependem da nossa capacidade, como sociedade civil, de contornar os desafios que se colocam cada um destes aspetos e da nossa capacidade de defender os nossos valores e princípios fundamentais, mantendo uma voz forte e presente.”

INES POUSEDELA

“Acho que gostaria de falar aqui sobre os muitos papéis positivos que a sociedade civil – ou, pelo menos, o segmento progressista e orientado para os direitos, da sociedade civil – desempenha no mundo complexo em que vivemos.

Num mundo de conflitos e crises, as organizações da sociedade civil desempenham uma vasta gama de funções, desde a prestação de serviços à defesa de causas, e desde o local

ao global. Fornecem informações que salvam vidas, ajudam a prestar ajuda humanitária e a gerir serviços, recolhem provas de violações dos direitos humanos, apelam à desescalada, mobilizam-se em solidariedade, procuram levar à justiça quem é culpado de crimes, participam na construção da paz, fazem advocacia junto dos Estados e das instituições de governação global para o respeito pelos direitos humanos e pelo direito internacional humanitário, e procuram responsabilização por violações.

Num contexto de regressão, a sociedade civil continua a exigir ações contra as alterações climáticas descontroladas, a apoiar migrantes e refugiados, a reclamar os direitos das mulheres e das pessoas LGBTQI+, a responsabilizar os governos e a exigir respeito pelos direitos civis e democráticos. Neste "super ano eleitoral" de 2024, os esforços da sociedade civil para promover, defender e expandir a democracia têm sido particularmente visíveis: pressionando os governos a convocar eleições em atraso, para que as eleições sejam realizadas em condições livres e justas, para que as pessoas tenham as informações necessárias para fazer escolhas informadas, para que os votos sejam devidamente contados, para que os derrotados aceitem a derrota e para que os vencedores governem no interesse de todos, e o façam com respeito pelos direitos e liberdades."

INES POUSADELA

“Como é que a sociedade civil baseada nos direitos (o segmento da sociedade civil que continua a acreditar e a agir para defender a universalidade dos direitos humanos) está a resistir às atuais tendências regressivas, e o que mais pode ela fazer?”

ANA LUÍSA SILVA

“Felizmente, temos muitos exemplos de organizações, movimentos, e pessoas que através do seu ativismo e trabalho defendem todos os dias uma sociedade civil fundada nos Direitos Humanos e nos valores universais que eles representam. Penso, por exemplo, nos juvens portugueses e no grupo de mulheres suíças que levaram os seus países ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos; ou nas comunidades Masaai na Tanzânia que resistem contra a ordem de expulsão das terras em que vivem há séculos em nome da expansão do turismo de natureza com o apoio de grupos de cidadãos, organizações da sociedade civil e da igreja católica.

Estes e muitos outros exemplos mostram que ativar as possibilidades de trabalho em rede, que o mundo digital amplificou, pode ser extremamente importante na luta pela justiça social em qualquer parte do mundo (sobretudo tendo em conta a realidade hiper globalizada em que vivemos). É importante lembrar a importância de mobilizar as instituições de participação

democrática existentes a vários níveis (internacional, regional, nacional, local), mas também reforçar as ligações com a academia, que está hoje muito mais aberta à necessidade de pensar o impacto que a investigação pode ter na construção de um mundo melhor. Por fim, acredito que a capacidade da sociedade civil para construir exemplos concretos de mudança é uma das suas maiores forças – a esperança é feita não só da capacidade de sonhar, mas da nossa capacidade de mostrar como os sonhos se podem tornar realidade.”



CARLA PAIVA

“A resistência tem-se feito em contextos cada vez mais adversos - que o CIVICUS Monitor mostra de forma muito evidente. Portugal está ainda entre os poucos países que mantêm uma classificação positiva em termos de espaço cívico, mas temos tido contacto com cada vez mais situações de entidades de países parceiros que não podem dizer o mesmo.

Recentemente, chegaram-nos notícias da detenção de vários manifestantes na Guiné-Bissau que, sem acusação formada, foram sujeitos a tortura. Isto num contexto de consolidação de um regime que atropela sucessivamente as normas institucionais vigentes.

A forma como a Sociedade Civil guineense tem respondido a esta situação é um exemplo de resistência. Contudo, esta é uma situação que também mostra a importância da solidariedade global perante contextos repressivos. Perante este tipo de situações, é fundamental que a Sociedade Civil global se mobilize em solidariedade, procurando projetar a voz de todos e todas que vêem os seus direitos cívicos negados. É isso que vamos procurando fazer aqui em Portugal, levando às entidades relevantes, incluindo a decisores políticos, relatos das situações que nos chegam de vários países.

Penso que a Sociedade Civil deve por isso olhar cada vez mais para este aspeto, reconhecendo aqui a responsabilidade que tem em apoiar-se mutuamente perante situações adversas. Também é isto que nos permitirá construir uma rede de apoio mútuo suficientemente resiliente para enfrentar situações que se possam verificar no futuro, também no nosso contexto.”

(IN)COERÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO: AMEAÇAS E OPORTUNIDADES DA TRANSIÇÃO CLIMÁTICA

EQUIPA DO PROJETO COERÊNCIA - O EIXO DO DESENVOLVIMENTO (FEC E IMVF)

Inundações, secas, tempestades, incêndios florestais ocorrem cada vez com mais frequência e com impactos sociais, económicos e ambientais devastadores. As catástrofes naturais ligadas às alterações climáticas aumentaram, aliás, 5 vezes nos últimos 50 anos e todos/as sabemos que a crise climática é uma das maiores ameaças que hoje enfrentamos e que é necessário agir. Como?

A transição climática como resposta aos desafios impostos pelas alterações climáticas irá obrigar-nos a profundas mudanças sociais e sobretudo económicas, com impacto direto no atual contexto climático global, para que se possam adotar práticas e modelos de vida mais sustentáveis.

—
A TRANSIÇÃO CLIMÁTICA COMO RESPOSTA AOS DESAFIOS IMPOSTOS PELAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS IRÁ OBRIGAR-NOS A PROFUNDAS MUDANÇAS SOCIAIS E SOBRETUDO ECONÓMICAS, COM IMPACTO DIRETO NO ATUAL CONTEXTO CLIMÁTICO GLOBAL, PARA QUE SE POSSAM ADOPTAR PRÁTICAS E MODELOS DE VIDA MAIS SUSTENTÁVEIS

Mas à medida que a sociedade avança em direção a uma economia mais verde, continuam presentes variadas incoerências e equívocos que podem desvirtuar o verdadeiro propósito e os benefícios destas transformações. Dado o contexto desafiante do ponto de vista geopolítico que enfrentamos, é cada vez mais necessário encontrar soluções justas para esta transição em curso, garantindo que a procura por soluções sustentáveis tenha em consideração as necessidades e os direitos das populações mais vulneráveis e afetadas, garantindo que todos tenham acesso a recursos, tecnologias e oportunidades para se adaptarem a um futuro em mudança.

Os modelos insustentáveis de desenvolvimento têm contribuído ativamente para as alterações climáticas. Seja pelos padrões de produção e consumo altamente insustentáveis, seja pelo privilegiar de um crescimento económico ilimitado, a exploração e gestão de forma desapropriada de recursos essenciais à vida humana, a expansão agrícola e urbanização aceleradas, o uso intensivo de combustíveis fósseis, todos são grandes contribuintes para a emissão e concentração de gases com efeito de estufa (GEE) na atmosfera e, conseqüentemente, para o aquecimento global e para outros efeitos em cadeia.

É, portanto, necessária uma transição para uma economia verde, e para economias de baixo carbono que prossigam objetivos de desenvolvimento sustentados sem a degradação ambiental que lhes está intrinsecamente associada, garantindo uma maior resiliência climática de adaptação às alterações climáticas. Mas é também necessário certificar que os

benefícios e custos das ações climáticas são distribuídos de forma equitativa e que a transição para economias de baixo carbono é inclusiva, integrando a voz e a participação ativa das comunidades mais vulneráveis e afetadas.

Os esforços empenhados para cumprir as metas climáticas continuam a acontecer à custa de uma externalização dos custos e impactos para países em desenvolvimento. Continua a existir uma clara contradição entre os incentivos existentes e os objetivos e as metas climáticas na prática. Apesar dos compromissos internacionais assumidos, é cada vez mais claro que não estamos a conseguir combater eficazmente as alterações climáticas. Por um lado, as emissões de GEE continuam a aumentar tendo atingido níveis recorde o ano passado segundo as Nações Unidas¹.

Combater as alterações climáticas é uma questão de desenvolvimento e de direitos humanos, e espaço de criação de oportunidades para um mundo mais inclusivo e próspero, que promova respeito pelos direitos humanos e laborais, melhoria das condições de vida, equidade e coesão social. A transição climática, quando alinhada com objetivos sociais e económicos mais amplos pode representar também oportunidades para a construção de um mundo mais justo e sustentável, podendo funcionar como impulsionadora da redução da pobreza e de promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo.

¹ *Emissions Gap Report*:
Nações Unidas

Isto exige uma ação coerente de mitigação climática, envolvendo todos os atores do desenvolvimento, sendo que para que sejam potenciadas as interligações positivas entre ação climática e desenvolvimento é necessário construir e reconstruir, uma relação diferente com a natureza que equilibre as várias dimensões do Desenvolvimento. Ou seja, os vários setores do desenvolvimento têm que estar alinhados e as diferentes políticas setoriais articuladas e coerentes, assegurando a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento, e, portanto, desenhadas e implementadas em prol das pessoas e do planeta, simultaneamente. Só assim será possível assegurar a coerência das políticas, assumindo uma responsabilidade partilhada e um contributo conjunto para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Não podemos enfrentar as alterações climáticas sem considerar os vários desafios multidimensionais ao desenvolvimento, seja no plano global, nacional ou local, assim como não somos capazes de promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável sem uma ação climática firme, de forma sustentada e inovadora. Como já foi referido, os desafios intensificados pelas alterações climáticas não afetam os lugares e as comunidades de forma igual e proporcional, os efeitos são especialmente sentidos em África e na Ásia, que são países com menores recursos financeiros e capacidades de resposta. Portanto, para ser coerentes, as medidas e políticas públicas climáticas devem garantir a partilha dos custos de forma justa e responsável por todos², apoiando os países mais vulneráveis e mais afetados com menor resiliência. A cooperação e ajuda ao desenvolvimento para fins climáticos deve corresponder às prioridades e necessidades específicas dos países parceiros,

OS VÁRIOS SETORES DO DESENVOLVIMENTO TÊM QUE ESTAR ALINHADOS E AS DIFERENTES POLÍTICAS SETORIAIS ARTICULADAS E COERENTES, ASSEGURANDO A COERÊNCIA DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO, E, PORTANTO, DESENHADAS E IMPLEMENTADAS EM PROL DAS PESSOAS E DO PLANETA, SIMULTANEAMENTE

mais afetados, para responder aos desafios de cada contexto.

As políticas e práticas devem também valorizar e enaltecer a natureza, e o capital natural, por exemplo através da promoção de conhecimentos tradicionais e locais, estilos de vida sustentáveis, de construções resilientes e aproveitando materiais locais, etc.

² https://climatepromise.undp.org/sites/default/files/research_report_document/Just%20Transition%20Report%20Jan%202020.pdf

Portanto, a transição climática pode e deve ser entendida como uma oportunidade para eliminar práticas incoerentes, como é o caso dos subsídios aos combustíveis fósseis, dos projetos poluentes e de alta intensidade carbónica, das práticas empresariais nocivas para o ambiente e que colocam em causa direitos humanos, ambientais e sociais, entre outras. Garantindo que são adotadas abordagens integradas, intergovernamentais, multissetoriais e multi-atores.

Não tenhamos dúvidas que a resposta à crise climática será uma resposta à redução da pobreza, da fome, uma resposta assertiva à promoção da igualdade e do desenvolvimento sustentável. Mas isso implica um esforço conjunto para que as políticas dos vários setores sejam articuladas e coerentes a fim de funcionarem simultaneamente, em prol das pessoas e do planeta, assegurando dessa forma a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento.

E para ativar estas políticas, precisamos de garantir a mobilização de todos os atores do desenvolvimento. Precisamos de si. E precisamos de saber qual o papel que quer desempenhar nesta responsabilidade co-partilhada.

Este artigo foi redigido com base em recursos produzidos no âmbito do projeto "Coerência – O Eixo do Desenvolvimento", complementado por outras fontes de conhecimento. Para uma análise mais aprofundada sobre esta temática, pode consultar o estudo [Desenvolvimento e Alterações Climáticas: Impactos e \(In\)sustentabilidade](#) (2021) e o website www.coerencia.pt.

O projeto "Coerência – O Eixo do Desenvolvimento" é uma parceria entre a FEC e o IMVF com o cofinanciamento do Camões, I.P. As opiniões veiculadas no artigo são da responsabilidade exclusiva da equipa do projeto, não exprimindo posições institucionais nem vinculando qualquer instituição.



À CONVERSA COM NUNO SAMPAIO



... DANIEL ROCHA, PÚBLICO

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

ENTREVISTA REALIZADA POR

Tomás Nogueira, Responsável de *Advocacy* e Comunicação
Rita Leote, Diretora Executiva da Plataforma Portuguesa das ONGD

Vivemos hoje um momento marcado pela incerteza e pelo regresso de tensões geopolíticas que se julgavam ultrapassadas. Ao mesmo tempo, deparamo-nos com a urgência em dar resposta a fenómenos como a crise climática, o agravamento das desigualdades globais e a intensificação das ameaças à democracia. Além de complexos, tem-se tornado cada vez mais evidente que todos estes desafios estão interligados entre si, o que faz com que o debate tenha, em grande medida, de assentar numa discussão sobre a importância da cooperação e da solidariedade internacional. Face ao período que atravessamos, marcado também por mudanças a nível nacional, quais serão as principais prioridades da Cooperação Portuguesa neste novo ciclo político?

Acooperação para o desenvolvimento sustentável é um dos eixos prioritários da política externa portuguesa. Este novo Executivo aposta num Portugal Global e humanista com uma política de cooperação integrada tendo em vista a implementação da Agenda

2030 e dos ODS com especial enfoque nos países prioritários da Cooperação Portuguesa, continuando a priorizar o desenvolvimento humano e sustentável, contribuindo assim para a erradicação da pobreza.

O programa do XXIV Governo Constitucional, na área governativa dos negócios estrangeiros, traça uma visão ambiciosa para responder aos principais desafios no plano internacional e no desenvolvimento sustentável dos países parceiros, conferindo coerência nacional e internacional aos esforços desenvolvidos e reforçando o compromisso político nesta matéria.

A multidimensionalidade dos desafios de desenvolvimento exige, cada vez mais, ações e políticas integradas e abrangentes, como ressaltam os efeitos cumulativos de várias crises interligadas, incluindo as crises climática, da biodiversidade e da sustentabilidade, as ameaças à paz e segurança globais, e a pandemia da doença COVID-19, com efeitos desproporcionais nos países mais frágeis e vulneráveis.

A implementação da ECP 2030 deverá ser assegurada por um modelo robusto de governação, acompanhamento e avaliação, cuja

—
**“O ATUAL CONTEXTO
É IGUALMENTE UMA
OPORTUNIDADE PARA
RECONSTRUIR MELHOR E DE
FORMA MAIS SUSTENTÁVEL, COM
O REFORÇO DA COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL A TORNAR-
SE UMA NECESSIDADE
DECORRENTE DE INTERESSES
E RESPONSABILIDADES
PARTILHADAS”**



coordenação e liderança cabe ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, conjuntamente com o Camões, I.P.

Dada a exigência da necessidade de acelerar o cumprimento atempado dos compromissos assumidos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o atual contexto é igualmente uma oportunidade para reconstruir melhor e de forma mais sustentável, com o reforço da cooperação internacional a tornar-se uma necessidade decorrente de interesses e responsabilidades partilhadas.

Por outro lado, o XXIV Governo Constitucional encontra na Lusofonia o pilar que assegura a singularidade portuguesa e distingue o nosso país dos restantes Estados-membros da UE, devendo, por isso, ser reconhecida como uma dimensão distintiva da nossa política externa. É necessária uma estratégia de valorização do espaço lusófono e de promoção mundial da língua portuguesa.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) assume, neste contexto, um papel crucial, promovendo a cooperação, a ajuda ao desenvolvimento e a diplomacia cultural como o meio natural para fortalecer as nossas relações bilaterais, utilizando a Língua como a afirmação de uma identidade coletiva.

Entende, pois, este Governo que é essencial continuar a promover o reconhecimento internacional da língua portuguesa, seja apoiando ativamente a elaboração e implementação de uma estratégia concertada junto da CPLP para que o português seja reconhecido como língua oficial da ONU até 2030, seja promovendo a língua como um veículo eficaz de comunicação global.

A Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030, aprovada no final de 2022, assume como prioridade os setores tipicamente associados ao Desenvolvimento Humano, nomeadamente a Educação e Saúde, e olha para a igualdade de género enquanto objetivo transversal a todas as ações da Cooperação Portuguesa. Do ponto de vista do Governo, que desafios é que se colocam atualmente em cada uma destas áreas?

Através da ECP 2030, Portugal reafirma a centralidade da cooperação para o desenvolvimento, reforça a capacidade de intervenção da Cooperação Portuguesa e amplia a qualidade e a eficácia dos programas no terreno, conferindo maior visibilidade às suas intervenções, sem deixar ninguém para trás (LNOB).

As prioridades portuguesas na cooperação para o desenvolvimento estão também alinhadas com os cinco Ps da Agenda – Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e especialmente Parceria – fundamentais para a concretização dos ODS, mas também com o princípio LNOB, refletido na prioridade dada aos países menos desenvolvidos, Pequenas Ilhas Estados em desenvolvimento, países frágeis e em processo de graduação.

Também os Programas Estratégicos de Cooperação (PEC) desenvolvidos com cada um dos PALOP e TL reafirmam os compromissos internacionais assumidos no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Agenda de Ação de Adis Abeba, da Agenda 2063 da União Africana, da Parceria Global para a Eficácia do Desenvolvimento e demais instrumentos multilaterais.

“PORTUGAL CONTINUA A PUGNAR, AINDA, PELA NECESSIDADE DE ESTA AGENDA E DOS ODS ASSENTAR NUMA VERDADEIRA PARTILHA DE RESPONSABILIDADES, ENTRE ATORES PÚBLICOS E PRIVADOS E ENTRE PAÍSES DESENVOLVIDOS E EM DESENVOLVIMENTO, ALÉM DA TRADICIONAL ABORDAGEM NORTE-SUL”

Apresento, por isso, alguns números. A marca distintiva da Cooperação Portuguesa centra-se pois na promoção do desenvolvimento humano, onde 62% da nossa APD bruta em 2023 destinou-se ao ODS 1 - erradicação da pobreza, ao combate às desigualdades e à promoção de um desenvolvimento global sustentável, equitativo e inclusivo, através do investimento nas pessoas como fator impulsionador de uma transformação positiva.

Constata-se que o ODS 3 (saúde) absorveu 3% da APD portuguesa, o ODS 4 (educação) 22% da APD, o ODS 8 (trabalho e crescimento económico) 3% da APD, o ODS 13 (combate às alterações climáticas) 0,2% da APD, e o ODS 16 (consolidação da paz e da democracia) 3% da APD, tendo como base transversal a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e meninas. O ODS 17 relativo às parcerias atingiu 7% da nossa APD¹.

¹ Fonte: Camões, IP/GPPE (Dados provisórios, não oficiais, em julho de 2024)

Se é verdade que Portugal continua a desenvolver esforços internacionalmente para poder acompanhar a escala do compromisso político na implementação da Agenda 2030 e dos 17 ODS existe, todavia, ainda um caminho a percorrer na utilização da Agenda 2030 como referencial principal para a coerência e convergência das políticas públicas com o desenvolvimento sustentável.

Os desafios que a atual fase de construção do “Roteiro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2030” enfrenta centram-se em quatro áreas: **i)** consistência e alinhamento entre políticas públicas, **ii)** engajamento e participação dos *stakeholders*; **iii)** elaboração de uma estratégia de comunicação comum sobre os ODS; e **iv)** sensibilização e capacitação das partes interessadas relevantes.

É este também o contributo da ECP 2030 para o Roteiro ao identificar nos diferentes instrumentos e políticas de planeamento, respostas a estas questões, permitindo analisar o progresso, identificar lacunas e definir ações futuras.

Portugal continua a pugnar, ainda, pela necessidade de esta Agenda e dos ODS assentar numa verdadeira partilha de responsabilidades, entre atores públicos e privados e entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, além da tradicional abordagem Norte-Sul.

É com base nos princípios por nós defendidos de um contínuo ajustamento do sistema das NU aos desafios inerentes à Agenda 2030, em que se reconhece a necessidade de garantir a eficiência e eficácia de um sistema que se deverá basear numa articulada cooperação e complementaridade entre os diferentes atores, explorando as sinergias e interdependências entre as respetivas competências e estratégias, evitando duplicações e procurando maximizar capacidades e impacto.

Há vários anos que Portugal está entre os países da OCDE que menos percentagem do seu rendimento dedicam a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Apesar disso, mantém-se o compromisso de dedicar 0,7% do Rendimento Nacional Bruto para APD até 2030. Sabendo que o financiamento para o desenvolvimento é um elemento fundamental para concretizar os Objetivos de Desenvolvimento, qual a estratégia do Governo para aproximar o país da meta com que Portugal se comprometeu internacionalmente?

Para acompanhar a ambição da ECP2030, foi definida uma calendarização de aumento gradual da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), consubstanciada uma vez mais no reforço de 20M€ adicionais do OE de 2025, tal como no OE 2024, para a Cooperação Portuguesa. A referida verba serve o propósito de dar resposta à necessidade de aumento da capacidade financeira da Cooperação Portuguesa, reforçando também as vertentes da Língua e da Cultura.

No entanto, será importante aprofundar a capacidade institucional e organizacional do Camões IP, para a gestão de novas modalidades de cooperação e para a identificação de oportunidades de parceria e financiamento. Desejavelmente, tal deverá implicar a definição de um orçamento plurianual indicativo de cooperação, a definição de metas para apoio orçamental aos países parceiros nas áreas da educação e da saúde, apoiar os atores da cooperação portuguesa a acederem a oportunidades de financiamento disponíveis no quadro do IVDCI – Europa Global, com o aumento do número de projetos implementados, reforçar as capacidades do Banco de Fomento



—

“SERÁ IMPORTANTE APROFUNDAR A CAPACIDADE INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL DO CAMÕES IP, PARA A GESTÃO DE NOVAS MODALIDADES DE COOPERAÇÃO E PARA A IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE PARCERIA E FINANCIAMENTO. DESEJAVELMENTE, TAL DEVERÁ IMPLICAR A DEFINIÇÃO DE UM ORÇAMENTO PLURIANUAL INDICATIVO DE COOPERAÇÃO”

para a plena afirmação enquanto principal braço financeiro da cooperação portuguesa no apoio ao setor privado, e em estreita ligação, com as IFI, para alavancar outras fontes de financiamento, etc.

Com a realização da Cimeira do Futuro convocada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, e a adoção do Pacto para o Futuro, começa já a desenhar-se o período pós-Agenda 2030. Num momento desafiante para o multilateralismo, que prioridades terá o Governo no âmbito da sua participação no processo de construção do quadro de ação que sucederá aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

A Agenda 2030 permanece o principal referencial comum da humanidade, assegurando a transição para sociedades e economias mais sustentáveis, prósperas e inclusivas, garantindo que ninguém é deixado para trás.

Portugal continua comprometido com esta Agenda e com os ODS. É de referir que, após termos apresentado, o ano passado, em Nova Iorque, o nosso segundo Relatório Voluntário Nacional (RVN), encontramos-nos a elaborar o Roteiro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2030, que propõe quatro objetivos estratégicos:

- Melhorar a atividade de monitorização do progresso face aos ODS, incluindo através da revisão do painel de metas e indicadores;
- Elaborar um Quadro Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável;
- Garantir a coerência e o alinhamento das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável;
- Aumentar os níveis de apropriação e conhecimento público da Agenda 2030.

Ambos os processos contaram com uma significativa participação e adesão, não só a



nível governamental, como também das regiões autónomas e autarquias locais, e da sociedade civil. O contributo coletivo, de atores nacionais e internacionais, é crucial para que sejamos bem-sucedidos.

Portugal continua a ter um lugar pioneiro nestas discussões, pugnano continuamente pela importância da dimensão social na Agenda 2030, na erradicação da pobreza e da fome, mas também na garantia de condições de trabalho dignas, não perdendo de vista a necessidade da transição para um modelo de crescimento económico sustentável, aliado ao combate às alterações climáticas.

Neste ponto de viragem, com diversas crises globais e passado metade do tempo estabelecido para o cumprimento dos ODS, é tempo de redobrar os esforços. É preciso implementar ações efetivas e decisivas, que garantam, no longo prazo, as necessidades das gerações presentes e futuras.

E é, por isso, também importante falarmos agora do pós-Cimeira do Futuro e dos seus resultados (como o Pacto do Futuro e respetivos anexos - a Declaração das Gerações Futuras e o Pacto Global Digital) que são, por um lado, o produto da visão do Secretário-Geral para o futuro do multilateralismo e da cooperação global e, por outro lado, a expressão da vontade dos 193 Estados-Membros das Nações Unidas para responder aos desafios atuais e futuros que a humanidade enfrenta.

Quando em 2021 António Guterres lançou o relatório a “Nossa Agenda Comum” (“[Our Common Agenda](#)”), o mundo encontrava-se ainda a recuperar de um dos maiores desafios coletivos da história contemporânea.

—
“EM LINHA COM OS NOSSOS PARCEIROS DA UNIÃO EUROPEIA, PROCURÁMOS TAMBÉM GARANTIR QUE OUTRAS PRIORIDADES PRÓPRIAS DO NOSSO PAÍS ESTIVESSEM REFLETIDAS NAS AMBIÇÕES DO PACTO DO FUTURO – COMO SEJAM O APOIO AOS JOVENS, A UTILIZAÇÃO PACÍFICA DO ESPAÇO DIGITAL E DO ESPAÇO EXTERIOR, A VALORIZAÇÃO DO CONTINENTE AFRICANO E DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS COM A UNIÃO AFRICANA, OS PAÍSES INSULARES EM DESENVOLVIMENTO”

Desde então que as Nações Unidas – e a Assembleia Geral, em particular - têm procurado implementar as recomendações do Secretário-Geral (por exemplo, através da criação do Escritório da Juventude e do reconhecimento do direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável).

A Cimeira do Futuro constituiu, assim, mais um passo no avanço da implementação dessas recomendações. Constituiu uma oportunidade para renovar a confiança da uma reforma efetiva da governação global.

Portugal esteve plenamente envolvido na preparação da Cimeira desde que a Nossa Agenda Comum foi apresentada. Procurou colaborar com os restantes membros das Nações Unidas para garantir que a Cimeira do Futuro fosse ambiciosa e que o Pacto fosse orientado para a ação, permitindo acelerar a implementação da Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Em concreto, no âmbito das discussões sobre a Cimeira, Portugal defendeu que o multilateralismo, um dos pilares da nossa política externa, precisa de se reinventar e de se fortalecer, incluindo através da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da Arquitetura Financeira Internacional.

Depois de vários e desafiantes meses de negociações em Nova Iorque, o texto aprovado da declaração sobre as Gerações Futuras reflete globalmente as prioridades de Portugal, sendo um documento conciso e prospetivo que contém linguagem progressista em matéria de direitos humanos, bem como outros temas imprescindíveis, casos do clima, biodiversidade, paz, desenvolvimento sustentável e Estado de Direito. Quanto aos temas emergentes das últimas décadas como a digitalização, incluindo a IA e a bioengenharia, foram bem acolhidos no Pacto Global Digital, sob a égide dos princípios da equidade e solidariedade, num ambiente inclusivo, justo e aberto que estimule o desenvolvimento tecnológico e científico ao mesmo tempo que encurta o fosso digital.

Em linha com os nossos parceiros da União Europeia, procurámos também garantir que outras prioridades próprias do nosso país estivessem refletidas nas ambições do Pacto do Futuro – como sejam o apoio aos jovens, a utilização pacífica do espaço digital e do espaço

**“NUM MUNDO DIVIDIDO,
ENCONTRAR CONSENSO NAS
NAÇÕES UNIDAS É UMA TAREFA
DIFÍCIL. E É, TAMBÉM, POR UM
FUTURO MENOS DIVIDIDO QUE NOS
EMPENHÁMOS NESTA CIMEIRA;
AGRADECENDO O COMPROMISSO E
O TRABALHO DE TODOS QUANTOS
NELA SE TÊM EMPENHADO.”**

exterior, a valorização do continente africano e de parcerias estratégicas com a União Africana, os países insulares em desenvolvimento, o futuro das missões de paz das Nações Unidas ou a proteção e usos sustentável dos oceanos.

A Cimeira foi também um fórum aberto a todos, incluindo representantes da sociedade civil, ONG, representantes da Academia e do setor privado – que, ao longo dos últimos anos, foram alimentando as negociações e contribuindo para um futuro comum, mais verde, mais inclusivo, mais justo e mais pacífico. Sem estes valiosos contributos, os resultados não seriam, certamente, tão encorajadores e abrangentes.

Portugal tem sido vocal e ponderado, ativo e recetivo. As prioridades de 193 países para o futuro do mundo não são – nem poderiam ser – todas sincrónicas. Mas temos objetivos comuns; falamos, com tantos, à mesma voz; enfrentamos desafios semelhantes.

Num mundo dividido, encontrar consenso nas Nações Unidas é uma tarefa difícil. E é, também, por um futuro menos dividido que nos empenhámos nesta Cimeira; agradecendo o compromisso e o trabalho de todos quantos nela se têm empenhado.

Saudamos, assim, a organização desta Conferência por duas razões principais: por um lado, as discussões que se concluíram na Cimeira do Futuro, e que foram traduzidas no Pacto, exigem o contributo essencial dos diferentes quadrantes da sociedade civil, garantindo o carácter inclusivo e transparente do processo. Por outro, a importância da avaliação sobre a implementação da Agenda 2030, no âmbito global, com a apresentação do Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2024, que

reportando ao ano anterior, foi um momento de revisão central para redobramos os esforços futuros para o cumprimento dos ODS. Não poderemos ambicionar decidir o caminho a seguir sem uma avaliação crítica do momento onde nos encontramos.

A Agenda 2030 reúne todos para a ação e apenas com o contributo coletivo tanto de atores nacionais como internacionais poderemos ser bem-sucedidos e, assim, esperar revigorar o sistema multilateral, tornando-o mais resiliente aos riscos e desafios globais, de forma a reconstruir a confiança entre os Estados-membros, bem como com a sociedade civil, fortalecendo a governação global em benefício das gerações presentes e futuras, e garantir o respeito pela Carta das Nações Unidas e pelos direitos humanos.



RECURSOS

ARTIGOS/PUBLICAÇÕES

A cooperação europeia para o desenvolvimento em 2024: Desafios e Perspectivas, Plataforma Portuguesa das ONGD / Ana Luísa Silva, Luís Pais Bernardo, Luís Mah (2024)

A nossa Agenda Comum, Secretário-Geral das Nações Unidas (2021)

Pacto para o Futuro, Nações Unidas (2024)

Human Development Report 2023-24, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2024)

The Sustainable Development Goals Report 2024, Nações Unidas (2024)

5 Propostas para Responder aos Desafios Globais, Plataforma Portuguesa das ONGD (2024)

A solidariedade global, a democracia e o papel da UE num mundo em mudança, Plataforma Portuguesa das ONGD (2024)

A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento – Roteiro para a Ação, FEC/IMVF (2024)

O Futuro da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Fragmentação, adaptação e inovação num mundo em mudança, Plataforma Portuguesa das ONGD / Ana Luísa Silva, Luís Pais Bernardo, Luís Mah (2021)

AidWatch 2024, CONCORD Europe (2024)

Standing Strong in the Storm: an EU strategy to safeguard civic space worldwide, CONCORD Europe (2023)

5ª Conferência de Lisboa - Rumo a uma Nova Ordem Mundial?, Clube de Lisboa (2023)

A urgência de ler o mundo: Desenvolvimento, Carlota Quintão e Joana Marques (2023)

Mundo Crítico nº 10: Desenvolvimento e Paz em tempos de conflitos, ACEP (2024)

Rebuilding Trust For Inclusive Governance, Forus International (2024)

Rights Reversed: A Downward Shift in Civic Space, CIVICUS (2024)

SITES

Nações Unidas

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

OECD Development Matters (blog)

ECDPM - European Centre for Development Policy Management

Oficina Global

Economia de Francisco Portugal

Projeto Coerência

ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS
ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
ADIRN ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE
ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA
ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA
AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL
AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL
AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO
APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO
APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA
APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À ÁFRICA
ASSOCIAÇÃO AVOAR
ASSOCIAÇÃO HELPO
ASSOCIAÇÃO HORIZONTES
ASSOCIAÇÃO NOVA DIMENSÃO
ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS
ASSOCIAÇÃO SER MAIS VALIA
ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
BRIGADA DO MAR
CÁRITAS PORTUGUESA
CHAPITÔ
CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL
CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS
EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA
EQUIPA D'ÁFRICA
FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA
FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO
FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA
FUNDAÇÃO BOMFIM
FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT
FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO
G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO

GIRL MOVE PORTUGAL
GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL
HEALTH4MOZ
HUMANITAVE ASSOCIAÇÃO DE EMERGÊNCIA HUMANITÁRIA
ICE INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS
IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR
IPAV INSTITUTO PADRE ANTÓNIO VIEIRA
KARINGANA WA KARINGANA ASSOCIAÇÃO
LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO
MDM MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL
MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL - ACE
MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE
MUNDO A SORRIR ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES
OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA
ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
PISTA MÁGICA
PROSOCIAL ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE INSTITUIÇÕES SOCIAIS
ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO
SÁUDE EM PORTUGUÊS
SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS
SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO
TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
TESE ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS
UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF
URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO
VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO
VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL
VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL
WACT WE ARE CHANGING TOGETHER

Com o apoio de